

Gondomar Erros de cálculo e depósitos não detetados obrigam a lançar segunda fase dos trabalhos de remoção de materiais perigosos em S. Pedro da Cova

Mais resíduos do que o previsto adiam a solução

Pedro Olavo Simões
psimoes@jn.pt

3 São bem mais do que se previa os resíduos perigosos depositados em S. Pedro da Cova, Gondomar, onde outrora se minerou carvão. Atingido o limite da operação contratada, muito está por fazer, e o que deveria ter sido a resolução do problema transforma-se numa primeira fase. A segunda está dependente da estimativa dos materiais remanescentes, na área intervencionada, onde se vê uma parede de resíduos com 12 metros de altura, e também em zonas fora do perímetro, que não haviam sido detetadas. É esperado que se saiba em junho de que quantidades estamos a falar.

“Visto. Com muita preocupação.” - as palavras iniciais do despacho da diretora de Serviços de Ambiente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), dado a 27 de fevereiro último a uma informação que descreve falhas no processo, mostram como todos foram apanhados de surpresa. E foi pelas mãos do presidente da Junta da União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova, Daniel Vieira, que o assunto voltou à ordem do dia. Várias questões colocam-se pela voz do autarca: “Está demonstrado que há mais resíduos, em profun-

didade e em extensão. Está a continuação dos trabalhos dependente de nova candidatura? E que compromisso político há? Se o concurso público para uma segunda fase demorar tanto como foi com esta, isso pode querer dizer que nos próximos três anos S. Pedro da Cova continuará com resíduos’.

O assunto é fácil de explicar. Os cálculos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) davam conta de que teriam ali sido depositadas 88 mil toneladas de resíduos perigosos, originários da Siderurgia Nacional. A essas acrescentou-se uma margem de erro de 20%, pelo que o contrato previa a remoção de até 105 600 toneladas. Ora, ao ser atingida esta tonelagem (cumprimento do contrato), os trabalhos de remoção pararam, mas, como o JN verificou, persiste gran-

de quantidade visível de resíduos. A que se soma toda a quantidade não visível.

Diz a CCDRN que o erro se deve ao facto de ter sido fornecida ao LNEC uma planta topográfica que não correspondia ao efetivo estado dos terrenos quando os resíduos começaram a ser depositados. Ou seja, estimou-se, dado esse pressuposto, que a profundidade dos resíduos fosse menor do que a final era.

Agora, a enorme cratera, de onde um sem-fim de camiões levou resíduos rumo ao Centro Integrado de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos, na Chamusca, vai sendo tapada com solos de cobertura, que, como vimos, se encostam à parede de resíduos remanescentes, procedimento que a CCDRN garante ser seguro, não só pelo baixo risco de contaminação (atendendo a dados anteriormente recolhidos) como pelo facto de, quando nova remoção for feita, estar prevista a retirada de uma margem de 50 centímetros de solo.

Garante a CCDRN que, terminada a avaliação em curso (quantificação dos resíduos e localização de novas zonas de depósito, fora da área de intervenção), haverá fundos comunitários disponíveis. Asssegurados estes, novo concurso internacional terá de ser lançado, com os prazos correspondentes. ♦



Apurar responsabilidades e determinar o que há é fundamental. Tem de haver um compromisso político para resolver o problema”.

Daniel Vieira
Pres. J. F. Fânzeres e S. Pedro da Cova



Solo limpo (mais claro), está a ser depositado, ficando em contacto com a “parede” de resíduos remanescentes, que tem cerca de 12 metros de altura

CCDRN garante que haverá fundos

♦ Daniel Vieira, presidente da Junta de Fânzeres e S. Pedro da Cova, estranha que, face a um problema como o exposto, não seja possível procurar outro tipo de solução, partindo-se logo para o fecho da obra e para a perspectiva de um novo concurso público. “Numa empreitada, há sempre a possibilidade de trabalhos a mais”, diz, embora sem recusar a ideia de num processo deste tipo tal não ser possível. Daí que peça empenho e capacidade de compromisso aos responsáveis políticos. Da CCDRN, asseguram-nos o compromisso de tudo fazer para “acelerar o processo da nova fase de remoção dos resíduos”. Garantem, também, haver fundos comunitários disponíveis para o efeito, através do POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), numa rubrica dedicada à “adoção de medidas destinadas a recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas”.